CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988



INCLUI A REFORMA DO JUDICIÁRIO (EC N. 45)



























NOVA REPÚBLICA

Da promulgação da Constituição de 1988 até os dias atuais. Aqui você vai estudar os anos mais recentes de história do Brasil.

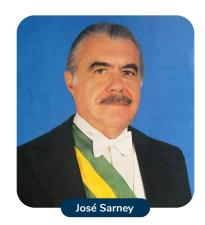
Este módulo é composto pelas seguintes apostilas:

- 1. Nova República
- 2. História dos Povos Indígenas

NOVA REPÚBLICA

GOVERNO SARNEY (1985-1990)

José Sarney era vice-presidente de Tancredo Neves, morto antes da posse em 1985. Sendo assim, coube a ele a missão de consolidar a democracia no Brasil no período em que foi presidente. No governo Sarney houve um retorno à liberdade de imprensa e ao multipartidarismo, incluindo a volta à legalidade do partido comunista.



Nova República, Nova Constituição

Durante o mandato de Sarney foi promulgada uma nova constituição para o Brasil, no ano de 88. Mas os trabalhos que levaram à sua redação ficaram a cargo da Assembleia Nacional Constituinte. Por fim, foram tantos os avanços que nossa Lei Maior ficou conhecida como **Constituição Cidadã**. A nova constituição ampliava os direitos e deveres, ampliou o Direito das Minorias e estabeleceu a primeira eleição direta para presidente para o ano de 1989.



Problemas Na Economia



Qualquer que fosse o presidente a ocupar o cargo máximo da nação, estaria de frente com um grande problema econômico herdado do período da ditadura civil-militar: alta da inflação, crescimento da dívida externa, ausência de reserva de moeda estrangeira e altos gastos de manutenção da máquina pública. Porém, sem ter como pagar os juros da dívida externa, o Brasil decretou moratória em 1987.



O Plano Cruzado (1986)

Objetivando conter a inflação, o governo Sarney lançou em 1986 o **Plano Cruzado**, que congelava preços de aluguéis, produtos, tarifas, salário e câmbio. Além disso, o plano substituiu o Cruzeiro, moeda então vigente, pelo Cruzado, cortando três zeros na moeda. E num gesto populista, o governo convocou a população civil para fiscalizar os supermercados de modo a que não se aumentassem os preços.



Inicialmente, o plano conseguiu fazer cair bruscamente a inflação, o que aumentou a popularidade de Sarney. Mas passado algum tempo, ele mostrou-se insustentável e precisou ser substituído por um novo plano, o Cruzado II.



O Cruzado II reajustou preços, tarifas e ainda aumentou impostos. Por outro lado, os salários eram reajustados automaticamente quando a inflação atingia certo índice - era o chamado "gatilho salarial".

Os Planos Bresser (1987) e Verão (1989)

O governo Sarney lançou ainda mais dois planos, o Bresser e o Verão. O primeiro acabou com o gatilho salarial e manteve o congelamento de preços, elevando ainda as tarifas públicas. Já o segundo, além de trocar o cruzado pelo cruzado novo, desvalorizou o câmbio e retomou o pagamento da dívida externa.

Foi um período muito difícil para a economia brasileira, com a inflação acumulada atingindo quase 3.000% entre 1989 e 1990





As Eleições de 1989



As eleições de 1989 foram históricas, pois desde a ditadura militar o povo brasileiro não votava diretamente para presidente. Ela contou com muitos candidatos, incluindo o apresentador Sílvio Santos. Contudo, a disputa final foi entre Luís Inácio da Silva e Fernando Collor de Mello, que foram para o segundo turno.

Se utilizando de uma extensa campanha midiática, tal qual como Jânio Quadros nas eleições de 1960, Collor se apoiou num discurso anticorrupção, sendo colocado diversas vezes como "caçador de marajás" (neste contexto, marajás eram funcionários públicos que indevidamente recebiam altos salários). Isso somado a diversos ataques diretos ao candidato da oposição resultaram na vitória de Collor nas eleições.

GOVERNO COLLOR (1990-1992)



O povo brasileiro escolheu o jovem político Fernando Collor de Mello, que pertencia a uma família tradicional de Alagoas. Tendo feito uma campanha meteórica através de um partido pequeno, o PRN, e tendo feito carreira política num estado igualmente pequeno (Alagoas).

Na prática, Collor foi o primeiro presidente brasileiro a colocar o país n'a rota do neoliberalismo. Foi em seu curto período de governo (1990-1992) que várias estatais foram ou começaram a ser privatizadas, num programa de governo que ficou conhecido como **Programa Nacional de Desestatização.** Por outro lado, a economia brasileira foi aberta às importações.



Plano Collor ou "Brasil Novo" (1990)

Como havia assumido um país com uma inflação de 80% ao mês, Collor sabia que precisava fazer algo urgente para sanar a economia brasileira. Pela primeira vez na História do Brasil, uma mulher foi escolhida para exercer o cargo de ministra da república.

Não obstante, Zélia foi uma das figuras mais impopulares do governo Collor, principalmente por causa da medida do **confisco**. No dia seguinte à sua posse como ministra da economia, as contas bancárias que possuíam valores acima de um certo limite (50 mil cruzados) foram bloqueadas, impedindo assim que milhões de brasileiros pudessem dispor dos valores que haviam guardado no banco.





Contudo, a medida do confisco gerou uma rápida queda na inflação, gerando então uma grande recessão na economia que foi seguida logo depois por uma forte volta da inflação. Quanto ao Plano Collor, ele propunha além de uma reforma administrativa, a abertura ao capital estrangeiro, o fim do incentivo às indústrias, o congelamento de preços e salários e a troca do Cruzado Novo pelo Cruzeiro.

A QUEDA DE COLLOR

Mas Fernando Collor não cumpriu o tempo do seu mandato. Após uma denúncia do seu irmão, Pedro Collor, em Maio de 1992, acusando o tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias (PC Farias) de corrupção, foi instalada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as acusações.

Enquanto isso, o povo expressou sua revolta nas ruas e aconteceu um grande clamor popular pedindo o afastamento de Collor da presidência e a prisão de PC Farias. Os estudantes, que naquele momento eram uma nova geração diferente daquela do Golpe de 64 e das Diretas Já!, se organizaram em grandes manifestações pelo país, onde boa







parte deles pintava o rosto. Por isso, esses estudantes ficaram conhecidos como "Caras-Pintadas".

Em Outubro de 1992, é instaurado o processo de Impeachment de Collor e ele é afastado da presidência, assumindo então o seu vice, Itamar Franco. Em Dezembro, pouco antes do Senado votar o seu impeachment, Collor renuncia à presidência, impedindo na prática o próprio impeachment. A manobra tinha o objetivo de garantir que ele pudesse retornar à vida política no futuro enquanto lutava nos tribunais para provar a sua inocência no caso PC-Farias. Entretanto, o STF ainda assim caçou os direitos políticos de Collor pelos próximos oito anos.



GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992 – 1994)



Itamar Franco era vice de Collor, e assumiu a presidência logo após o seu impeachment. Sem dúvida, o principal destaque do seu governo foi o Plano Real, cujo sucesso foi aproveitado por Fernando Henrique Cardoso, seu Ministro da Fazenda, para sua própria campanha à presidência da República. Por outro lado, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi privatizada em seu governo e até mesmo o Fusca, carro popular, voltou a ser fabricado.







Plano Real

O Plano Real, teve o seu crédito associado exclusivamente a Fernando Henrique Cardoso, foi um plano econômico extremamente popular no Brasil. Após vários anos de uma inflação que parecia não ter fim, finalmente a moeda brasileira, renomeada para **Real**, conseguiu chegar à estabilidade, com o controle da inflação e dos gastos públicos.

Neste sentido, o Brasil seguia o exemplo de outros países latinoamericanos, como México e Argentina. Inaugurado em 1994, o Plano Real funcionou através da sua equiparação ao dólar americano e o controle dos juros na economia. Mas, inicialmente, antes da moeda brasileira tornar-se definitivamente o Real, ela passou por uma fase preparatória onde se chamava **URV** (Unidade Real de Valor). Finalmente, em 1º de julho de 1994, foi lançado o Real.





GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2001)



Por causa do Plano Real, do qual foi considerado o "pai", a popularidade de FHC (Fernando Henrique Cardoso) estava altíssima, de tal modo que ele a aproveitou para se eleger à presidência da República. E assim, ele governou o Brasil, em seu primeiro mandato, entre os anos de 1995 e 1998, tendo vencido o candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, que ficou em segundo lugar.





Em seu governo, o modelo neoliberal de economia, já iniciado por Collor, foi aprofundado. Neste sentido, um amplo programa de privatizações foi levado a efeito, com a privatização da **Vale do Rio Doce**, da **Embraer** e do **Sistema Telebrás.**

O Outro Lado do Real...



A paridade entre o Real e o Dólar americano custou caro ao Brasil, que teve as suas reservas cambiais esgotadas. Numa tentativa de sanar este problema, o governo estimulou a vinda de capital estrangeiro com o aumento dos juros no país. Mas esse aumento dos juros gerou recessão, desemprego e um grande aumento da dívida pública. Já no aspecto social, os recursos advindos com as privatizações não foram aplicados, na infraestrutura das áreas de base, como saúde e educação.

Não obstante, durante o governo FHC foi promulgada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e os PCN 's (Parâmetros Curriculares Nacionais). Além disso, o acesso à educação foi ampliado. No caso da saúde, cabe destacar a lei de incentivo aos genéricos, que fez com que o valor de vários medicamentos caísse. Entretanto, por falta de investimento em infraestrutura tanto escolas e universidades como hospitais públicos eram flagrantemente sucateados o que afetava a popularidade destes programas.



Por outro lado, no governo FHC as tensões no campo se ampliaram. Um protesto de trabalhadores rurais sem-terra no Pará, que pediam a desapropriação de uma fazenda ociosa, foi reprimido a tiros pela polícia militar do estado, o que levou à morte de 19 manifestantes. Este acontecimento ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás.



Reeleição e o Segundo Mandato

Visando a própria reeleição, FHC conseguiu aprovar junto a sua base aliada no Congresso, uma Emenda Constitucional que permitia a reeleição de presidentes, governadores e prefeitos. E assim, ele foi reeleito logo no primeiro turno com mais de 53% dos votos, deixando em segundo lugar a chapa Lula-Brizola.

Gerenciando uma Crise

De um modo geral, o segundo mandato de FHC não foi brilhante como o primeiro. Entre 1998 e 2002, o Brasil passou pela crise do apagão elétrico e pela desvalorização do Real.



A crise do apagão marcou os meses de junho de 2001 até fevereiro de 2002, onde por conta dos baixos reservatórios das hidroelétricas, um plano de racionamento de luz foi aplicado em todo o território nacional. Limites de consumo mensal foram impostos sob o risco de corte de luz caso extrapolados, e parte da iluminação pública das cidades foi desativada sob a prerrogativa de economia de energia. A crise energética deixou o país em uma posição delicada no mercado internacional, visto que afetou gravemente a indústria, deixando investidores inseguros.

Mas embora tenha passado por essas crises e o desgaste do Real, Fernando Henrique Cardoso conseguiu emplacar como sucessor o ex-ministro da Saúde, José Serra. Porém, as eleições de 2002 deram a vitória para o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, iniciando assim era do Partido dos Trabalhadores no poder, que só se encerraria em 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff.

GOVERNO LULA (2002 - 2010)



Desde as eleições presidenciais de 1989, e depois nas seguintes, que Luís Inácio Lula da Silva tentava se eleger presidente da República. Finalmente, nas eleições de 2002, ele conseguiu ser eleito no segundo turno, vencendo o candidato do PSDB, José Serra, que havia sido Ministro da Saúde de Fernando Henrique Cardoso.

Mas diferente do discurso socialista que vinha consistentemente desenvolvendo a cada pleito disputado, Lula em 2002 adotou uma política neoliberal muito semelhante à de FHC, mas com algumas diferenças. Por exemplo, com vistas a manter a

estabilidade na economia, Lula manteve a mesma política econômica e cambial do governo anterior. Um gesto importante neste sentido foi a nomeação de Henrique Meirelles, do PSDB, como presidente do Banco Central.



Uma consequência política dessa aproximação de Lula com a política econômica de FHC, foi uma divisão dentro do próprio PT, que levou à formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), composto pela ala petista que era a favor da manutenção do discurso socialista.

O Nacional-Estatismo



Uma diferença de Lula em relação à FHC foi o reforço do papel do Estado, que no neoliberalismo não é encarado como protagonista do desenvolvimento nacional. Porém, o governo Lula também não foi uma repetição pura e simples do modelo consagrado por Getúlio Vargas. No lugar das privatizações, Lula procurou implantar **parcerias público-privadas** (PPP).

Além disso, como forma de incentivar o consumo e diminuir as desigualdades sociais, o governo do PT diminuiu os impostos que incidiam sobre a cesta básica e materiais de construção. E mais, a pesquisa científica foi reforçada e a política externa foi pautada pelo multilateralismo. No final do seu mandato, em 2006, foi descoberta o chamado Pré-Sal, que são extensas reservas petrolíferas localizadas debaixo de formações rochosas salinas no fundo do mar na costa do Brasil.

Nas políticas sociais, o primeiro governo do PT destacou-se pelos programas **Fome Zero** e **Bolsa Família**, que apesar de serem vistos como manobras populistas pelos adversários de Lula, foram importantes para amenizar as desigualdades sociais do Brasil.

Crise Política

No ano de 2005, teve início uma crise política que ameaçou seriamente a estabilidade do governo Lula, mas que não impediu que ele fosse reeleito para mais um mandato (2007-2011). O escândalo em questão ficou conhecido como mensalão, e consistia





no pagamento de propinas a parlamentares para que eles aprovassem as propostas do governo no Congresso Nacional.

Foi instalada então uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as denúncias, mas como foi dito, os índices de aprovação do governo voltaram a subir e Lula conseguiu ser reeleito em 2006, quando derrotou Geraldo Alckmin, candidato do PSDB.

Segundo Governo Lula (2006-2010)



Em 2007, o PIB brasileiro crescia a 7,5% ao ano, um índice consideravelmente alto. No segundo mandato, Lula tratou de construir a imagem da sua ministra das Minas e Energia e, posteriormente, da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que se tornasse sua sucessora. Surpreendentemente, mesmo com uma crise econômica que afetou vários países do mundo em 2008, o Brasil voltou a crescer em

2009, o que fez com que Lula terminasse o segundo mandato com um bom índice de aprovação, o que foi aproveitado por Dilma, que era candidata à presidência pelo PT.

GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)



Dilma Vana Rousseff (PT) tornou-se a primeira mulher presidente da república na História do Brasil, após vencer o candidato do **PSDB, José Serra**, nas eleições de 2010. Basicamente, Dilma manteve as políticas sociais do governo Lula e costurou uma aliança política com o **PMDB**, do seu vice-presidente, **Michel Temer**, para que conseguisse governar. Em seus mandatos ocorreram a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Além dos programas sociais, Dilma manteve o Fies, o Prouni e implementou o **Ciência sem Fronteira**. Portanto, podemos dizer que a ciência e o acesso ao ensino superior foram incentivados

durante o governo Dilma. Devemos lembrar também que foi em 2014 que foi aprovada a lei que reserva 20% de cotas para negros nos concursos federais.

Crises do Governo

Foi durante o governo de Dilma Rousseff, em 2014, que foi instalada a Operação Lava-Jato, que buscava investigar um esquema de corrupção na Petrobrás. Com o avanço das investigações, foi ficando cada vez mais claro o envolvimento do governo do PT no





esquema, o que naturalmente levou ao desgaste político de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, o país passava por um desaquecimento da economia a nível internacional e, muito rapidamente, milhões de pessoas perderam seus empregos, especialmente no setor de petróleo e gás.



Por outro lado, o governo já estava desgastado por causa das **jornadas de junho**, que foram uma série de protestos e manifestações em massa nas ruas do país no ano de 2013. Os motivos iniciais eram o aumento das tarifas dos transportes públicos, mas com o tempo, foram incluídas outras reivindicações como o fim da corrupção, da violência policial e, até mesmo, a não realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.

O Impeachment de 2016



Tudo levava a crer que Dilma não seria reeleita em 2014 para mais um mandato e, de fato, o resultado das eleições foi muito apertado, o que levou alguns até mesmo a questionarem a sua legitimidade. Na prática, o que ocorreu foi que os grupos políticos da oposição juntaram forças para incriminar a presidente Dilma Rousseffem um crime de responsabilidade que ficou conhecido como "pedaladas

fiscais", que consistiam no atraso do repasse de dinheiro do Tesouro Nacional para bancos e autarquias, com o objetivo de apresentar artificialmente despesas menores do que eram na realidade.

Em 2016, a oposição conseguiu o seu intento e Dilma Rousseff foi afastada do poder, assumindo em seu lugar, o vice-presidente Michel Temer, do PMDB. Ironicamente, após o Impeachment, o Congresso aprovou uma lei que tornava legais as chamadas "pedaladas fiscais".



GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018)



Michel Temer assumiu o poder em meio à impopularidade por parte dos setores da sociedade que acreditavam que Dilma havia sofrido um golpe. Por outro lado, ele representava os interesses dos grupos políticos que desejavam realizar uma reforma trabalhista, que afetaria os direitos que a classe trabalhadora havia conquistado através da CLT.

De todo modo, em seu curto governo (2 anos), Temer teve que enfrentar a **greve dos caminhoneiros**, que parou o país e desabasteceu os supermercados, e também várias denúncias de corrupção, que agora se voltaram contra membros do seu partido (PMDB), inclusive alguns que em 2016 conduziram o processo de impeachment de Dilma, como o Deputado Eduardo Cunha.

Finalmente, em 2018 foram realizadas novas eleições presidenciais que, uma vez mais, mostraram um profundo abismo político na sociedade brasileira, cada vez mais desacreditada dos partidos políticos e polarizada sob debates ideológicos.

| ANOTAÇÕES | |
|-----------|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

